

CONTAS PÚBLICAS / Governo aumenta imposto e corta gastos para cumprir a lei e garantir o equilíbrio fiscal

IOF maior rende R\$ 61 bilhões

» RAPHAEL PATI

O governo anunciou ontem ações para garantir o cumprimento da meta fiscal neste ano. De um lado, elevou as alíquotas do Imposto de Operações Financeira (IOF) que incidem sobre transações que envolvem seguros, câmbio e crédito para empresas, engordando os cofres públicos em R\$ 61 bilhões em dois anos. De outro, congelou um total de R\$ 31 bilhões no Orçamento de 2025, valor bem acima do esperado por especialistas.

As alterações na cobrança do IOF já começam a valer a partir de hoje. De acordo com o secretário-executivo do ministério da Fazenda, Dario Durigan, a medida foi pensada para harmonizar a relação entre a política fiscal e a monetária. Desta forma, seria um esforço para trazer a inflação para a meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), o que teoricamente deve ajudar o Banco Central a reduzir a taxa de juros Selic, atualmente em 14,75% ao ano. “É uma medida muito pontual, dosada e cuidadosa em relação ao ajuste do IOF”, disse Durigan.

Com as mudanças, a previsão da equipe econômica é elevar a arrecadação em R\$ 20,5 bilhões neste ano e R\$ 41 bilhões em 2026, totalizando 61,5 bilhões em menos de dois anos. “Para além dos aspectos regulatórios, (a medida tem) uma grande importância neste momento que a gente atinja e mantenha em rota correta para fins de equilíbrio fiscal”, completou o secretário. No caso dos seguros, as alterações visam combater as brechas de evasão fiscal nos planos de seguro de vida com cobertura por sobrevivência. Segundo o

governo, públicos de renda elevada usam esses planos, como por exemplo o Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) para escapar de tributações maiores. Com o novo decreto, esses planos continuam isentos de taxa de IOF no caso de aportes mensais de até R\$ 50 mil. Acima desse valor, haverá uma cobrança de 5% no tributo para os segurados. Nas operações que envolvem créditos para empresas, houve mudanças em três situações. No caso das cooperativas tomadoras de crédito, a partir de agora, as que possuem movimentação

anual superior a R\$ 100 milhões, terão a mesma tributação que as empresas. Os créditos para pessoa jurídica, em geral, também foram alterados. Antes da mudança, as pessoas físicas pagavam o dobro do que as empresas, em IOF, pela tomada de crédito. Com as mudanças, tanto PF, quanto PJ pagam a mesma alíquota, de 0,95% fixo e 0,0082% ao dia, ou teto de 3,95% ao ano. No caso das empresas do Simples Nacional, em operações de até R\$ 30 mil, o Ministério da Fazenda também dobrou a tributação de IOF que elas terão de

pagar. Antes, com a alíquota fixa e a diária, o teto de imposto era de 0,88% e, a partir de agora, passa a ser de 1,95% ao ano. Também houve mudanças no câmbio, com a uniformização das alíquotas nas operações com cartão de crédito e débito internacional, cartão pré-pago internacional e cheques de viagem para gastos pessoais, e de remessa de recursos para conta do contribuinte brasileiro no exterior e compra de moeda em espécie. Com o decreto, todas essas operações terão alíquota de 3,5% no IOF.

Taguatinga surgiu antes mesmo de Brasília e a região, repleta de histórias e memórias afetivas, celebra os seus 67 anos no mês de junho.

Para essa data especial, o Correio Braziliense, o Aqui DF, a Clube FM e a TV Brasília trazem um projeto exclusivo para criar uma conexão única entre as marcas e os apaixonados pela cidade.

FAÇA PARTE DESSE PROJETO!

Aponte a câmera para o QR CODE e entre em contato com o nosso comercial

Realização:



Os ministros Haddad e Tebet anunciaram o corte de R\$ 31,3 bilhões

Congelamento de R\$31,3 bilhões

Além do aumento das alíquotas de IOF, o governo federal decidiu congelar R\$ 31,3 bilhões nos gastos do governo em 2025. De acordo com o Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, divulgado ontem, desse total, R\$ 20,7 bilhões serão contingenciados, enquanto R\$ 10,6 bilhões serão bloqueados do orçamento deste ano. Esta, que foi a primeira entrevista coletiva para detalhar o relatório bimestral, contou com a presença do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, da ministra do Planejamento e Orçamento (MPO), Simone Tebet, e dos principais secretários das duas pastas. A apresentação do relatório ocorreu com uma defasagem de dois meses, por causa do atraso na aprovação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025. Na prática, os números apresentados referem-se aos dois primeiros bimestres do ano. Os cortes ocorreram após reunião do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com a equipe econômica e outros ministros da Esplanada, em que o governo federal atingiu um “consenso”, nas palavras do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sobre ações para garantir o cumprimento da meta fiscal neste ano.

Gastos elevados

O ministro apontou o alto nível de gasto tributário, provocado pela isenção ou redução de tributos — e o aumento das despesas com benefícios previdenciários como alguns dos principais fatores que levaram ao congelamento do Orçamento. Simone Tebet ressaltou que a elevação de despesas previdenciárias também obrigaram o governo a bloquear os recursos. “O crescimento acima das projeções das despesas com previdência fizeram com que tivéssemos, por obrigação legal, colocar um bloqueio significativo na mesa”, disse Tebet. Segundo Haddad, houve consenso até mesmo entre outros ministros de que o corte de gastos neste momento seria um caminho melhor para o governo federal, na tentativa de fechar o ano dentro da meta fiscal. “Não é surpresa para ninguém que isso foi decidido de comum acordo e deseje que o quadro melhore daqui para frente. Mas vamos fazer o necessário para

Isso não é uma tarefa de governo, é uma tarefa do estado de brasileiro. Temos alguns problemas que estamos enfrentando e precisamos de parceria para enfrentar”
Fernando Haddad,
Ministro da Fazenda

cumprir a meta. O melhor que o Brasil pode ter é perseverar nesse caminho”, disse Haddad, que ainda falou sobre enfrentar os problemas atuais. “Isso não é uma tarefa de governo, é uma tarefa do Estado de brasileiro. Temos alguns problemas que estamos enfrentando e precisamos de parceria para enfrentar”, completou. É importante destacar que, de acordo com a regra fiscal aprovada em 2023, o governo federal diferencia contingenciamento, como uma contenção feita para garantir o cumprimento da meta fiscal, de bloqueio, que é utilizado para garantir o cumprimento de gastos. O governo também determinou uma abertura de crédito no valor de R\$ 12,4 bilhões destinado para despesas obrigatórias. Segundo o relatório, as despesas que tiveram o maior crescimento além do que foi projetado no orçamento de 2025, foram os benefícios previdenciários, que tiveram um avanço de 15,6%, além dos subsídios, subvenções e do Proagro no âmbito do Plano Safra (4,5%) e dos Benefícios de Prestação Continuada (BPC) (2,8%). Com o anúncio da contenção de gastos, os ministérios e outros órgãos que integram o governo federal devem indicar as programações a serem bloqueadas ou contingenciadas no prazo de até cinco dias úteis. De acordo com o relatório, o detalhamento da contenção, por órgão, será divulgado no próximo dia 30 de maio, por meio do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira. (RP)